

Rio Grande Capitalização S.A.

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A., relativos aos resultados do semestre findo em 30 de junho de 2019, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

A Icatu Seguros firmou parceria com o Banco Banrisul, visando a constituição da Rio Grande Capitalização S.A., empresa controlada pela Banrisul Icatu Participações S/A – BIPAR para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do banco, por um período de 20 anos. São mais de R\$ 600 milhões em reserva de capitalização oriundos das operações do Banco Banrisul com a Icatu que serão transferidos para a Companhia. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em abril de 2018, aprovada em definitivo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em fevereiro de 2019 pela Portaria n ° 7.282/2019 e iniciará suas operações no 2º. semestre de 2019.

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A Rio Grande Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A.**

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ATIVO		
CIRCULANTE	20.508	171
Disponível	296	169
Caixa e Bancos	296	169
Aplicações	20.212	2
	Nota 5	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	20.081
Aplicações	-	20.081
	Nota 5	
TOTAL DO ATIVO	<u>20.508</u>	<u>20.252</u>

Rio Grande Capitalização S.A.**Balancos Patrimoniais**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE	176	172
Contas a Pagar	176	172
Obrigações a Pagar	162	148
Impostos e Contribuições	14	24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.332	20.080
Capital Social	20.000	11.000
Aumento de Capital em Aprovação	-	9.000
Reservas de Lucros	80	80
Lucros Líquido do Período	252	-
TOTAL DO PASSIVO	20.508	20.252

Nota 6

Demonstrações dos Resultados e Outros Resultados Abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Despesas Administrativas	Nota 8 a)	(104)	-
Despesas com Tributos	Nota 8 b)	(57)	(52)
Resultado Financeiro	Nota 8 c)	561	-
RESULTADO OPERACIONAL		<u>400</u>	<u>(52)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>400</u>	<u>(52)</u>
Imposto de Renda	Nota 9	(88)	-
Contribuição Social	Nota 9	(60)	-
LUCRO(PREJUÍZO) DO SEMESTRE		<u>252</u>	<u>(52)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>252</u>	<u>(52)</u>
Quantidade de Ações		20.000.000	11.000.000
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$		0,013	(0,005)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.000	-	-	-	-	11.000
Prejuízo Líquido do Semestre					(52)	(52)
Saldos em 30 de junho de 2018	11.000	-	-	-	(52)	10.948
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.000	9.000	7	73	-	20.080
Aumento de Capital Social - AGOE 16/08/18 Portaria SUSEP nº 7.282/19	9.000	(9.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	252	252
Saldos em 30 de junho de 2019	20.000	-	7	73	252	20.332

Rio Grande Capitalização S.A.**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro(prejuízo) líquido nos semestres	<u>252</u>	<u>(52)</u>
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(129)	(10.005)
Impostos e Contribuições	172	-
Obrigações a Pagar	(10)	-
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	<u>285</u>	<u>(10.057)</u>
Imposto sobre o lucro pagos	(158)	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	<u>127</u>	<u>(10.057)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	127	(10.057)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	169	11.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	296	943

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”).

A Companhia não comercializou planos de capitalização em 2018 e no primeiro semestre de 2019.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias (“demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”) e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2019.

2.1. Base de Mensuração

A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Os passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Disponível

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.2. Empréstimos e Recebíveis

Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía operações de empréstimos e recebíveis.

3.3. Redução ao valor recuperável**3.3.1. Ativos financeiros**

Títulos e valores mobiliários tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente.

Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

3.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, nem diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos correntes, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

3.6 Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.6.1 IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia.

4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos
4.2.1 Principais Riscos Associados
4.2.1.1 Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30/06/2019, 100% (100% em 31/12/2018), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado.

Consiste na possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

A Companhia possui majoritariamente aplicações em Letras Financeiras do Tesouro que possuem risco de mercado irrelevante pois são ativos pós-fixados com rentabilidade vinculada a Selic.

Fatores de Risco	30/06/2019			31/12/2018		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	0,89	3	0	0,89	3	0
Taxa Referencial	0,97	-	-	0,96	-	-
IGPM	0,97	-	-	0,97	-	-
IPCA	0,97	13	1	0,97	17	1
Ações	0,96	-	-	0,96	-	-

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

4.2.1.3 Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros mantidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos:

Ativos e passivos	30/06/2019			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	296			296
Aplicações	244	6.376	13.592	20.212
Total de ativos	540	6.376	13.592	20.508
Contas a pagar	176			176
Total de passivos	176			176

Ativos e passivos	31/12/2018			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	169	-	-	169
Aplicações	-	6.897	13.186	20.083
Total de ativos	169	6.897	13.186	20.252
Contas a pagar	172	-	-	172
Total de passivos	172	-	-	172

4.2.2 Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias
 30 de junho de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais)

5.1 Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

30/06/2019

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	Taxas contratadas	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	245	19.966	-	20.211	99,995%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 4,99%	-	1	-	1	0,005%
Total		245	19.967	-	20.212	100,00%

31/12/2018

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	Taxas contratadas	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	16.894	3.188	20.082	99,995%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 6,95%	-	1	-	1	0,005%
Total		-	16.895	3.188	20.083	100,00%

5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-
(+) Aplicações	19.829
(-) Resgates	(293)
(+) Rendimentos	547
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	20.083
(+) Aplicações	-
(-) Resgates	(484)
(+) Rendimentos	613
Saldo final em 30 de junho de 2019	20.212

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Nível 01	30/06/2019
<u>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	20.211
Nota do Tesouro Nacional	1
Total (I)	20.212

Nível 01	31/12/2018
<u>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	20.082
Nota do Tesouro Nacional	1
Total (I)	20.083

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30/06/2019 é de R\$ 20.000 (R\$ 11.000 em 31/12/2018), representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2018, foi deliberado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 9.000 com emissão de 9.000.000 de novas ações ordinárias nominativas.

O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 7.282/19 em 13 de fevereiro de 2019.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a reserva de lucros é de R\$ 80.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	30/06/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	20.332	20.080
Ajustes contábeis	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	20.332	20.080
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	5	3
Capital de Riscos de Mercado	4	8
Capital de Risco – Redução por correlação	(2)	(2)
Capital de Risco (CR) (b)	7	9
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio Líquido ajustado	20.332	20.080
(-) Exigência de capital - EC	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	9.532	9.280
Suficiência de capital (% da EC)	188%	186%

7. PARTES RELACIONADAS

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

Partes relacionadas	Passivo		Despesas	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Banrisul Icatu Participações S.A (Controladora) (a)	(73)	(73)	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b)	(3)	-	(20)	-
Total	(76)	(73)	(20)	-

(a) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.

(b) Valor referente a prestação de serviço na gestão de fundos.

8. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2019	30/06/2018
a) Despesas Administrativas	(104)	-
Serviços de Terceiros	(42)	-
Localização e Funcionamento	(1)	-
Publicação	(61)	-
b) Despesas com Tributos	(57)	(52)
COFINS	(25)	-
PIS	(4)	-
Taxa de Fiscalização	(28)	(52)
c) Resultado Financeiro	561	-
Receitas Financeiras	613	-
Outras Receitas Financeiras	613	-
Despesas Financeiras	(52)	-
Outras Despesas Financeiras	(52)	-

9. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2019		30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	400	400	(52)	(52)
Resultado antes dos Impostos	400	400	(52)	(52)
Resultado Ajustado	400	400	(52)	(52)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	20%
Despesas com IRPJ/CSLL	(88)	(60)	-	-
Despesas com IRPJ/CSLL	(88)	(60)	-	-
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	22,00%	15,00%	-	-

10. RESPONSÁVEIS

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Gonzaga Veras Mota

Conselheiros

Ademar Schardong
Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor-Presidente

Cesar Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Suzana Flores Cogo

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira
CRC RJ 089.351/O-8

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394